



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		
EVENTO: Seminário	Nº: 0677/12	DATA: 23/05/2012
INÍCIO: 10h31min	TÉRMINO: 13h01min	DURAÇÃO: 02h29min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h29min	PÁGINAS: 48	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
CRISTINA GROSS VILLA NOVA – Secretária Nacional de Segurança Pública em Exercício. MAURÍCIO DOMINGOS DA SILVA (NAVAL) – Presidente da Organização Não Governamental SOS Segurança Dá Vida.

SUMÁRIO: Abertura ao IV Seminário Nacional Guardas Municipais e Segurança Pública.
--

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. Houve manifestação na plateia. O seminário foi suspenso.



A SRA. APRESENTADORA (Letícia Rocha) - Senhoras e senhores, bom dia! Pedimos a gentileza de se acomodarem em seus lugares para darmos início a esta solenidade.

Damos início à cerimônia de abertura ao IV Seminário Nacional Guardas Municipais e Segurança Pública, uma iniciativa da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

O evento tem por objetivo promover uma ampla discussão a respeito da importância das Guardas Municipais para a população brasileira, de forma a contribuir para a discussão da PEC nº 534, de 2002, que dispõe sobre as competências da Guarda Municipal e a criação da Guarda Nacional.

Convidamos para compor a Mesa de abertura o Sr. Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, o Sr. Deputado Anthony Garotinho (*palmas*); o Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá, Relator da PEC nº 534, de 2002 (*palmas*); a Sra. Secretária Nacional de Segurança Pública em Exercício, Cristina Gross Villa Nova (*palmas*); e o Sr. Presidente da organização não-governamental SOS Segurança Dá Vida, Maurício Domingos da Silva, Naval (*palmas*); e os Deputados Federais Delegado Protógenes e José Stédile. (*Palmas.*)

Pedimos a todos que se coloquem em posição de respeito para a execução do Hino Nacional brasileiro.

(É executado o Hino Nacional.)

A SRA. APRESENTADORA (Letícia Rocha) - Convidamos para fazer uso da palavra o Sr. Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, Deputado Anthony Garotinho.

O SR. DEPUTADO ANTHONY GAROTINHO - Em primeiro lugar, eu quero dar as minhas boas-vindas a todos vocês e dizer que a Câmara dos Deputados é a casa do povo brasileiro. Registro a presença do Deputado Vicentinho, a quem convido para compor a Mesa. (*Palmas*).

Nós temos procurado, através da Comissão de Legislação Participativa, abrir espaço para todos aqueles movimentos que, dentro da sociedade brasileira, têm algo a acrescentar para a vida pública brasileira, e sabemos que a segurança pública é algo muito importante.



Segurança pública para nós significa prevenção, significa modernização do aparelho policial, significa uma série de aspectos que envolvem não só a Polícia Civil, a Polícia Militar e a Polícia Federal, mas também as Guardas Municipais.

Eu tenho com muita alegria no meu coração porque, em 1990, portanto, há 22 anos, quando era Prefeito de Campos dos Goytacazes pela primeira vez, criei a Guarda Municipal da cidade, se não me engano, uma das primeiras do País.

E ali, Deputado Arnaldo Faria de Sá, tive uma alegria muito especial: o Coronel Josias Quintal estava terminando o seu período à frente da Polícia Militar e me disse: *"Garotinho, por que a gente não monta uma Guarda Municipal, uma vez que a legislação já permite?"* A legislação já permitia naquela época. Após a constituição da Guarda Municipal, a maior de todas as alegrias foi a criação da Guarda Mirim. Com a Guarda Mirim, nós fizemos um programa para retirar das ruas todas as crianças que viviam em situação de risco, abandonadas. Nossa Guarda Mirim chegou a ter 135 garotos de rua. E se hoje, com muita alegria, eu tenho no meu currículo o prêmio Prefeito Amigo das Crianças, concedido pela UNICEF, foi porque, com a Guarda de Campos, nós conseguimos fazer, naquele período, que não houvesse uma única criança de rua, em um Município de 469 mil habitantes.

E uma coisa eu pude perceber: as crianças adoravam vestir o uniformezinho da Guarda. Elas se sentiam responsáveis. Elas ganhavam uma bolsa de trabalho no valor de meio salário mínimo, tinham o compromisso de estudar e aprender um ofício. Então, com a Guarda Mirim, uns se tornaram músicos, outros mecânicos, outros técnicos eletricitas. Foi uma beleza, Deputado Vicentinho.

Hoje a Guarda de Campos conta com mais de 1.000 componentes no seu efetivo, e a Guarda Mirim, com 200 crianças em situação de risco que saíram das ruas e que estão hoje frequentando as oficinas, os laboratórios da Fundação da Infância e da Juventude.

Então, com essas palavras, eu dou por iniciados os nossos trabalhos, agradecendo a Deus pela vida de todos vocês e desejando que este encontro que estamos fazendo aqui seja efetivo, profícuo.

Agradecemos a presença de todos os Deputados Federais, e especialmente a da nossa Secretária Nacional de Segurança Pública em exercício, que nos está



prestigiando hoje. Desejamos que deste evento possam sair ideias que venham a florescer e resolver questões que ainda estão pendentes.

Como Guarda Municipal é uma instituição muito nova na democracia brasileira, embora em outros países ela exista há muitos anos — eu diria que ela é uma instituição garotinha, que está caminhando —, temos ainda muita coisa para acertar na legislação, naquilo que é competência, que é atribuição, que pode ser feito, na forma como ela pode trabalhar. Eu acho que o palco para se fazer isso é a casa da democracia, e a casa de democracia é a Câmara dos Deputados.

Sejam todos bem-vindos. Nós nos sentimos muito honrados com a presença de todos vocês aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA (Letícia Rocha) - Com a palavra o Sr. Deputado Arnaldo Faria de Sá, Relator da PEC nº 534, de 2002.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Bom dia a todos vocês. Eu quero cumprimentá-los pela presença, quero cumprimentar o nosso Presidente da Comissão, Deputado Anthony Garotinho; o Deputado Vicentinho, Presidente da Frente Parlamentar; o Deputado Delegado Protógenes; a Sra. Cristina Gross Villanova, Secretária Nacional de Segurança Pública em exercício; o Stédille; esse companheiro de vocês, que já foi meu comandado em São Paulo, o Naval, que tem feito um trabalho brilhante de mobilização para levar avante a aprovação da PEC nº 534. Existe ali uma faixa bonita, pedindo a aprovação da PEC 534, justamente para garantirmos a aprovação do poder de polícia das Guardas Municipais.

Nós vivemos um momento de muita insegurança no País, e a resposta para resolver essa insegurança é simples, é aprovar a PEC nº 534 e dar poder de polícia às Guardas Municipais. Estará tudo resolvido na segurança pública a partir do momento em que dermos poder de polícia às Guardas Municipais.

Tenho certeza que juntos com o nosso Presidente da Frente e o Presidente da Comissão, Deputados Garotinho e Vicentinho, teremos oportunidade de pedir ao Presidente da Câmara, Marco Maia, que possamos votar, ainda neste ano, a PEC nº 534, que pode dar a vocês a garantia do poder de polícia.

É importante essa luta de todos vocês. Tenho certeza de que esta presença aqui é um fato marcante. Já conversei com o Naval sobre a necessidade de, no dia



de hoje, pressionarmos todos os Líderes, todos os Deputados. Vocês, que são de Minas, precisam pressionar os Deputados de Minas; os que são de São Paulo, os Deputados de São Paulo; os do Rio, os Deputados do Rio de Janeiro, juntamente com o Governador Garotinho. Esse trabalho tem que ser feito Estado por Estado. E na hora em que vocês o tiverem realizado, nós teremos condições de votar. Hoje, se colocarmos em votação a PEC nº 534 sem a mobilização, corremos o risco de não tê-la aprovada. E precisamos aprovar essa PEC para resolver um grande problema.

A PEC já está há bastante tempo em condição de ser votada. Por que não foi votada ainda? Sabemos qual é a oposição. Existe uma oposição muito grande da Polícia Militar para que a nossa PEC não seja votada. Nós temos que trabalhar de maneira determinada com esse objetivo de buscar a votação. Eu tenho certeza de que se colocarmos em votação, nós vamos ganhar essa PEC e, a partir daí, vamos resolver essa questão extremamente importante da segurança pública, que é o poder de polícia das Guardas Municipais.

Esse evento é extremamente importante. O fato de vermos esse mar azul aqui hoje é, sem dúvida nenhuma, importante para essa pressão. Temos o apoio do Garotinho, como Presidente da Comissão de Legislação Participativa, o que é extremamente importante. Ele já deu a sua declaração de que, quando Prefeito, criou a Guarda Municipal. Temos o apoio do Vicentinho, Presidente da Frente Parlamentar Pró-Guardas Municipais, que também é extremamente importante. Nós só precisamos de mobilização, e essa mobilização começa pela presença de todos vocês.

Eu tenho certeza de que, no dia em que conseguirmos aprovar o poder de polícia para as Guardas Municipais, melhoraremos sensivelmente a segurança pública em nosso País.

Parabéns! Sucesso!

Vamos à luta até a vitória! (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA (Letícia Rocha) - Com a palavra o Sr. Presidente da Frente Parlamentar Pró-Guardas Municipais, Deputado Vicentinho.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO - Bom dia, companheiros, companheiras. Saúdo-os em nome desta digníssima Mesa que neste momento se faz presente, em primeiro lugar, nosso querido Deputado Anthony Garotinho, Presidente da Comissão



de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. Também quero saudar a Sra. Cristina Gross Villanova, Secretária Nacional de Segurança Pública em exercício. Já estamos sabendo que no Ministério está-se construindo um trabalho importante e há muita esperança de que poderemos avançar. Saúdo o Secretário-Geral da Frente Parlamentar em Defesa da Guarda Civil, que vai ser apresentado agora por nosso companheiro Arnaldo Faria de Sá. Quero saudar também nosso querido companheiro Navarro. *(Pausa.)* Desculpe-me, Naval. Não se preocupe, Naval, porque eu estava no corredor há pouco, quando um cara olhou para mim e perguntou: “*Mas, rapaz, você não é o Deputado Raimundinho?*” Eu respondi: “*Não, Vicentinho.*” Então, isso acontece. *(Risos.)*

Quero saudar também o Sr. Maurício Domingues da Silva, Presidente da organização não-governamental SOS Segurança Dá Vida; e nosso Deputado do PSB, Stédile, irmão do nosso querido guerreiro João Pedro Stédile. E quero ainda saudar o querido companheiro Amauri, nosso grande parceiro, defensor intenso da Guarda Civil.

É bom explicar, pessoal, que hoje Deputados virão e voltarão, porque estão todos nas Comissões Permanentes, que ocorrem concomitantemente. Por exemplo, sou da Comissão de Trabalho. Cada um lida numa Comissão. Então compreendam isso, mas saibam que o compromisso está colocado.

Quero dizer que, a cada dia, estou convencido da importância da regulamentação da Guarda Civil no Brasil, pela dignidade da sociedade e de vocês, pais e mães de família, profissionais que merecem o mais profundo respeito. E as resistências, vamos quebrando-as aos poucos. Houve resistência por parte de médicos do Brasil quando da aprovação da função do agente comunitário de saúde e do agente comunitário de endemias. Só que eles jamais substituirão os médicos e hoje cumprem um papel tão importante na prevenção, que a gente fala assim: *Meu Deus, por que nós não aprovamos isso antes?*

Há resistência hoje de determinados bombeiros militares, quando da luta pela regulamentação da profissão de bombeiro civil. E um dia nós vamos perceber que isso é fundamental, porque os bombeiros militares não darão conta de combater os incêndios, os acidentes ou as catástrofes em todo o Brasil.



A mesma coisa é a questão da segurança pública. Há resistência, como disse o Deputado Arnaldo, em que pese, com alegria, constatar que vários militares compreendem a importância da existência da GCM para cumprir um papel que eles não cumprem, porque não está nem na Constituição o trabalho de prevenção e o trabalho comunitário com nossa sociedade no combate à violência, à droga, e pela educação. Por esta razão, nós seremos vitoriosos. Não tenho dúvida disso. E, por esta razão, minha tarefa foi reangariar novos apoios para o fortalecimento da Frente Parlamentar, porque, com as novas eleições, muitos saíram e novos entraram.

No ano passado conseguimos 192 assinaturas na Frente Parlamentar, quando o mínimo exigido pelo Regimento Interno da Câmara é 171 Parlamentares. Nós já estamos, hoje, com 220 Deputados que apoiam a nossa causa e que afinaram (*palmas*), muitos até não afinaram, mas vão afinar, temos certeza disso.

Por isso, minha meta hoje, Presidente Garotinho, é apresentar a vocês os membros dessa Frente — lançada no último dia 15, se não me engano, um mês atrás — para que vocês possam se apegar a eles e conversar com eles sobre as políticas em seus respectivos Estados ou regiões.

A composição da direção desta Mesa é formada por dois membros de cada região, além do Vice-Presidente, do Segundo Vice-Presidente e do Secretário-Geral.

Então, vou apresentar os nomes para que vocês tenham ideia de quem são. Anotem direitinho para que vocês possam manter um diálogo permanente até a gente transformar esse objetivo numa importante realidade.

Nossos coordenadores da Região Sudeste são o nosso colega que está na Mesa, Delegado Protógenes, de São Paulo (*palmas*), e a nossa colega Deputada Benedita da Silva, do Rio de Janeiro, que não está aqui porque está cumprindo uma missão na África. São esses dois que vão nos representar na Região Sudeste e eles depois vão discutir para garantir que haja representação em cada Estado da Região Sudeste.

Da Região Sul, o nosso companheiro de Santa Catarina, Deputado Décio Lima, e do Rio Grande do Sul, o nosso Deputado Marcon. (*Palmas.*) Vão anotando aí. Palmas para os dois, para animar os companheiros. (*Pausa.*) Acaba de chegar o companheiro Marcon. Seja bem-vindo, companheiro.



Da Região Centro-Oeste são nossos representantes o companheiro, Deputado Antonio Carlos Biffi, de Mato Grosso do Sul, e o Deputado Fabio Trad, de Mato Grosso. Palmas para os dois companheiros, porque eles vão cumprir essa missão. (*Palmas.*)

Para a Região Norte, o nosso coordenador-adjunto é o Deputado Júnior Coimbra, do Tocantins. (*Palmas.*) E o Deputado Carlos Alberto Cavalcante, do Amazonas, de Manaus. Os dois vão nos representar nessa missão.

Para a Região Nordeste, temos o nosso querido companheiro, que já está aqui entre nós, Amauri Santos Teixeira, da Bahia, baiano porreta, e o nosso Deputado Luiz Couto, da Paraíba, outro companheiro altamente comprometido com a nossa causa. (*Palmas.*)

Na nossa Executiva, nós temos como Secretário-Geral, pelo papel cumprido, exercido e também por ser o nosso grande Relator, o nosso companheiro Arnaldo Faria de Sá, que está aqui entre nós. (*Palmas.*) Nosso Segundo Vice-Presidente, o nosso companheiro do Ceará, Deputado Chico Lopes. (*Palmas.*) É o nosso Deputado do Ceará, que vai nos representar como Vice-Presidente. Primeira Vice-Presidenta, nossa companheira que não está aqui, porque está na África, Deputada Janete Pietá, do Estado de São Paulo. (*Palmas.*) E o companheiro Presidente, humildemente, com o apoio dos nossos Deputados, quero contar muito com o apoio de vocês, este companheiro que vos fala. (*Palmas.*)

Eu quero que vocês anotem os meus telefones, os meus *e-mails*, os meus contatos, porque, se quiserem fazer qualquer comunicação emergencial ou qualquer sugestão, estaremos à disposição e espalharei para a companheirada o que for necessário. Meu *e-mail* pessoal, para que não tenha desvio de mensagem, é 1390@vicentino.com. Essa mensagem é diretamente a mim, e eu responderei sempre pessoalmente a qualquer companheiro do Brasil. Eu tenho dois telefones celulares. Meu telefone celular de São Paulo é (11) 8584-1390 e meu telefone de Brasília é (61) 8179-1390. Esse número, 1390, é importante, porque é o número da primeira lei brasileira que tratou da questão do racismo. Vocês têm que se preparar muito para isso. É o número da Lei Afonso Arinos. Por isso eu gosto muito desse número. E o telefone do meu gabinete direto é (61) 3215-3740. Nesse número fala-se com o meu chefe de gabinete, o companheiro Paulo César. O.k., pessoal?



Até a vitória, pessoal! Estamos juntos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Eu quero registrar a presença entre nós do Deputado Marcon, que chegou enquanto o Deputado Vicentinho discursava. Também o Deputado Amauri Teixeira, nosso companheiro.

Convido para compor a Mesa conosco o Presidente da Comissão de Segurança, Deputado Efraim Filho — por favor, aqui, ao nosso lado —, para quem eu peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA (Leticia Rocha) - Convidamos para fazer uso da palavra o Sr. Deputado Marcon.

O SR. DEPUTADO MARCON - Nós queremos saudar o Presidente, que coordena os trabalhos, Deputado Garotinho; o Coordenador desta Frente, sempre Presidente da CUT, companheiro Vicentinho. Em seu nome, quero saudar os demais componentes da Mesa. Quero saudar aqui todos os trabalhadores e trabalhadoras das Guardas Municipais de todo o Brasil aqui presentes.

Peço desculpas à Mesa, porque eu cheguei por último e fui o primeiro. Eu estou com uma grande mobilização aqui no Ministério da Fazenda dos agricultores ligados à FETRAF-Brasil, com uma agenda extensa. Vai ter uma audiência agora nos Ministérios. Eu vim aqui mais para dizer que eu estou junto. Peço ao Vicentinho para nós coordenarmos esse trabalho na Região Sul, principalmente no Rio Grande do Sul.

Está aqui o companheiro Stédile, que foi Prefeito do Município de Cachoeirinha, da Grande Porto Alegre, que criou a Guarda Municipal. Vai ser um parceiro também.

Nas minhas breves palavras, eu quero dizer que se nós tivermos no Parlamento Deputados que defendem a causa, que ajudam avançar aqui as pautas e as agendas da categoria, e vocês não nos deixarem sozinhos... Vocês não vão achar que os Deputados vão fazer andar o barco se a categoria não estiver junto. O barco só anda se nós conseguirmos pegar um remo, de um lado, os Deputados, e do outro, a categoria dos trabalhadores. Pode ser qualquer categoria, aqui os guardas municipais do Brasil inteiro.

Ontem, aqui na Câmara, tivemos um exemplo disso. Várias mobilizações, trabalhadores nos gabinetes falando com os Deputados, os Deputados se



convenceram — aqueles que ainda não estavam convencidos —, e nós aprovamos uma PEC muito importante aqui nesta Casa para o Brasil, para o povo brasileiro, para os trabalhadores — a PEC contra o trabalho escravo. E nós sabemos que isso mostra que, quando há pressão, a caldeira aqui funciona e dá para avançar.

Então, eu quero aqui pedir licença para dizer aos gaúchos e a vocês, brasileiros, que contem com esse humilde trabalhador rural. Sou ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas, na luta de classe, eu tenho o meu lado: defender os trabalhadores. Contem comigo lá no Rio Grande do Sul. Eu e o companheiro Stédile queremos mobilizar essa categoria, para estar junto com todos os trabalhadores brasileiros das Guardas Municipais.

Deem-me licença e contem conosco. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Muito bem, Deputado Marcon.

Antes de passar a palavra à Secretária Nacional de Segurança Pública em exercício, gostaria de dizer que o evento vai começar às 12 horas de hoje, com a primeira mesa: Guarda Municipal e Segurança Pública. Haverá um intervalo por volta das 13 horas e 30 minutos. Às 14h30min., uma segunda mesa: Guardas Municipais —Atualidades; às 15h30min., uma terceira mesa: Guardas Municipais — Nossa história e nossa luta. E, às 17h30min, teremos o encerramento.

Essas são as atividades previstas para o dia de hoje.

Com a permissão aqui da Secretária Nacional de Segurança Pública em exercício, eu passo a palavra ao Deputado Amauri Teixeira, já que ele está, como todos nós aqui, envolvidos. Hoje, muitas Comissões estão funcionando. Estamos fazendo um esforço muito grande para poder estar aqui com vocês.

Com a palavra o Deputado Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Eu agradeço. O Arnaldo é meu colega lá na CSS — Comissão de Seguridade Social. Eu estou como Relator de um projeto. Hoje, realmente, saí de manhã. Para nós, que somos da Comissão de Seguridade, é muito complicado. Mas eu e Arnaldo estamos aqui pelo compromisso que nós temos.

Quero saudar os Deputados Efraim, Garotinho, Vicentinho, e dizer que, desde o começo — eu sou Deputado de primeiro mandato —, eu conversei com o



Vicentinho. S.Exa. falou da necessidade de relançar a Frente e, a partir daí, assumi o compromisso com ele, e junto com ele, Vicentinho, um grande Líder... Vocês têm um Presidente que é um dos Deputados mais prestigiados e mais respeitados desta Casa. Às vezes a gente pensa que nesta Casa as coisas não vão andar. E, surpreendentemente, algumas coisas têm andado, e têm andado por causa daquilo que o Marcon disse: nós precisamos focar em cima do que é essencial aqui na Casa, que é a aprovação da PEC 534.

Se nós focarmos, se nós pressionarmos, se nós abordarmos de todas as formas, pela mídia, pelas redes sociais, os Parlamentares da importância dessa PEC, nós conseguiremos trazê-la para a pauta; como conseguimos trazer, este ano, a PEC do Trabalho Escravo; como aprovamos este ano a regulamentação da Emenda 29 e outros temas. A PEC 270 — o Arnaldo foi o Relator — ficou aí vários anos no limbo. Nós precisamos do auxílio de vocês para colocar a Guarda Municipal como um dos pontos importantes a ser tratado neste seminário.

Independente das visões até distintas, nós achamos que, dentro da Frente, não temos visões divergentes, mas visões distintas do significado e da importância da Guarda Municipal.

A verdade é que o esquema que está aí, o arcabouço que está aí, o esqueleto de segurança pública montado está falido. A verdade é essa, porque a violência cresce. O mapa da violência no Brasil tem se deslocado — só é pegar o mapa — das grandes Capitais para as médias e pequenas cidades. A violência do Sudeste e Sul tem se deslocado para o Nordeste, e nós sabemos que a estrutura de segurança pública não tem dado conta de reverter essa situação.

Então, nós temos de repensar as Guardas Municipais como forças auxiliares, como forças locais, necessárias a contribuir para redução da violência e pacificação da sociedade brasileira.

Vocês terão o integral apoio dos Parlamentares que estão aqui e de outros que, por acaso, não estão presentes a esse seminário, mas integram a Frente.

À tarde, nós faremos um esforço para estar aqui acompanhando vocês. Estou saindo, porque vou para a Comissão.

Estou como Coordenador do Nordeste, com o Padre Luiz Couto. Meu gabinete é o 237, no Anexo IV. Meu telefone celular é (71) 8784-4959; meu e-mail



amauriteixeira13@gmail.com. Mas no *site* da Câmara há todos os nossos dados institucionais que vocês podem acessar.

Nós vamos conversar com o Padre Luiz Couto e vamos organizar encontros estaduais e regionais no Nordeste, para aumentar a mobilização das Guardas Municipais e focar nos principais temas.

Bom dia, bom encontro e contem conosco. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Muito obrigado, Deputado Amauri Teixeira.

Eu gostaria de registrar a presença entre nós do Deputado Francisco Floriano, do PR do Rio de Janeiro, que pede também para falar, porque precisa estar presente na Comissão.

Eu sugiro, se possível, à nossa Secretária Nacional de Segurança Pública que os Parlamentares que aqui estão façam uso da palavra: Deputados Delegado Protógenes, Francisco Floriano, José Stédile e Efraim Filho. Peço, então, à Secretária, que vai fazer um discurso mais longo que os Deputados que irão apenas saudar vocês, que fale logo após os Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Francisco Floriano para uma breve saudação. Em seguida, os Deputados Delegado Protógenes, José Stédile e Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO FLORIANO - Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado a todos os visitantes.

Eu sempre digo aos Prefeitos, com os quais tenho estado, do Rio de Janeiro e até de outros Estados, da importância da Guarda Municipal; a importância, na qualidade de quê, quem está mais próximo, Arnaldo Faria de Sá? Quem está mais próximo e caminha junto da população?

É ótimo nós termos a nossa segurança, seja da Polícia Militar, seja da Polícia Civil, seja do Corpo de Bombeiros. Mas, mais presentes nas praças, nas ruas, no dia a dia, são vocês. Vocês têm a enorme responsabilidade de estar junto, bem próximo do povo.

Sou do PR do Estado do Rio de Janeiro, meu gabinete é o 719, Anexo IV, e, com certeza, podem contar comigo.

Estava falando agora com Vicentinho agora, meu amigo, que estamos juntos nessa empreitada para dar o nosso apoio a toda a Guarda Municipal Nacional.



Quero deixar aqui o meu abraço e o meu apoio a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Muito obrigado, Deputado Francisco Floriano.

Com a palavra o Deputado Delegado Protógenes, do PCdoB de São Paulo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Bom dia a todos vocês. Sejam bem-vindos à Câmara dos Deputados.

Quero agradecer o convite ao nosso companheiro de guerra e luta, Deputado Anthony Garotinho, Presidente da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados, e também ao meu Presidente, esse jovem Presidente, Deputado Efraim Filho, Presidente da nossa Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Quero, desde já, agradecer ao meu companheiro, Deputado Vicentinho, por esse honroso encargo de coordenar a Região Sudeste, juntamente com outros companheiros do Sudeste, as demandas levadas para melhoria da segurança pública no âmbito municipal, levando sempre em conta a presença das Guardas Municipais.

Agradeço também à Dra. Cristina Grossi Villanova, aqui representando a nossa Secretária de Segurança Pública, a quem peço leve nosso extensivo abraço; a este Deputado que, efusiva e calorosamente, é sempre aplaudido nos lugares públicos, Deputado Arnaldo Faria de Sá, já conhecido de todos nós.

Conheci o Arnaldo quando eu era delegado. Hoje sou delegado licenciado e seu aluno hoje aqui na Câmara dos Deputados. O Deputado é profundo conhecedor do Regimento e tem o respeito desta Câmara. Enfim, em todas essas demandas complicadas do Legislativo, destacam sempre o Arnaldo para nos dar uma luz. Então, muito obrigado a V.Exa.

Estou muito honrado por S.Exa. ser o Relator. Vai dar certo, porque escolheram o Relator certo na Câmara dos Deputados. Com esse conjunto de Líderes aqui, com essa trinca que lidera, Deputados Arnaldo Faria de Sá, Vicentinho, Anthony Garotinho, eu acho que não sobra mais ninguém. Nós somos apenas um espectador a apoiá-los.



Quero também agradecer ao Maurício Domingues, Presidente da Organização Não-Governamental SOS em Segurança Dá Vida, representando todas as autoridades presentes.

Eu até falava que a PEC 534 é do ano de 2002, salvo engano. Olhem, é muito tempo, é uma tramitação muito demorada, uma exposição desnecessária.

Estava no Twitter, recebendo algumas mensagens de alguns colegas que são policiais, talvez policiais militares, policiais civis, ressentidos desse apoio. Mas nós não somos hipócritas, gente. Acho que ir contra essa PEC, há todo um processo democrático daqueles que defendem a posição contrária. Mas é uma hipocrisia muito grande — este é o linguajar que eu copio do Arnaldo, o Arnaldo que tem essa energia. Mas eu estava tentando encontrar uma palavra que categorizasse o não apoio.

Por que isso? Porque é uma falsa realidade. Quem está ponta nas grandes cidades, nas pequenas cidades, são vocês. Eu mesmo rodei mais de 300 Municípios do meu Estado de São Paulo. Temos 645 cidades, mais da metade delas eu visitei. Em todas as cidades do interior que eu rodei havia problema de aumento de violência, problema de segurança. E sempre colocava o papel das Guardas Municipais.

Até falava com nossa Secretária e comentávamos a respeito de treinamento, de equipamentos, de recursos. Porque, além de darmos essa atribuição, de reafirmarmos — apenas nós não vamos criar uma atribuição para as senhoras e para os senhores não. Vocês já têm essa atribuição de polícia na prática. Têm ou não têm?

(Manifestação na plateia.)

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Então é uma realidade. Isso eu encaro.

Encontrei em determinados Municípios, Deputado Arnaldo, uma experiência muito interessante no nosso Estado de São Paulo. Naqueles Municípios que estavam integrados ao sistema de segurança pública, havia problemas de violência no Município, de narcotráfico, de drogas nas escolas. Era onde o sistema está integrado entre Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal, sendo as Guardas Municipais protagonistas do trabalho de ponta feito pela Polícia Militar e pela Polícia



Civil. Isso é uma realidade, porque o contingente das cidades é maior do que o contingente da Polícia Militar e da Polícia Civil. Esta é a realidade.

Então, por que não dotarmos os senhores do poder de polícia, para não deixá-los a descoberto numa ação concreta de atividade policial de segurança pública, deixando-os desguarnecidos e serem apenados por estarem usurpando da função ou por não ter preparo? Porque, muitas das vezes, quando algo ocorre de forma errada, dizem que é porque não têm preparo, são desqualificados; quando dá certo, ninguém elogia. Vocês já receberam elogios? Dizem, então, que não fizeram mais do que a obrigação.

É isso que o Deputado Arnaldo Faria de Sá quer colocar em seu relatório: a importância da atividade policial nos Municípios brasileiros. Carecemos de treinamento, carecemos de equipamentos, carecemos de recursos, mas nem por isso podemos deixar de reafirmar aqui o compromisso constitucional de inserir as Guardas Municipais no sistema de segurança pública nacional.

Parabéns aos organizadores do seminário, parabéns ao Deputado Anthony Garotinho, que preside esta solenidade.

Vamos vencer! Obrigado. (*Palmas.*)

Assim como os demais, seria deselegante não fazê-lo. Informo a todos que meu gabinete fica no Anexo IV, 7º andar, Gabinete nº 745. As informações estão no *Blogdoprotógenes.com.br*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Obrigado, Deputado Protógenes.

Antes de passar a palavra ao Deputado Stédile, convido o Deputado Ratinho Júnior a fazer parte da Mesa, dando-nos a honra de sua presença.

Com a palavra o Deputado Stédile.

O SR. DEPUTADO JOSÉ STÉDILE - Bom dia a todos.

Saúdo o nosso Presidente desta Mesa, também Presidente da minha Comissão, Deputado Anthony Garotinho.

Deputado Arnaldo, em nome de V.Exa., saúdo a todos.

Deputado Garotinho, fiz diversas ligações a dezenas de Prefeitos para convidarem as Guardas Municipais do meu Estado a estarem presentes neste encontro. Não sei se estou enganado, mas para vir guarda municipal para este



encontro é uma novela. Não sei se isso aconteceu com vocês, mas arrumaram todo o tipo de desculpas: que o controle interno não permitia, que não sei quem não orientou a liberação dos guardas para este encontro.

Se nós tivéssemos a liberação das pessoas que estavam se dispondo a vir a este encontro, nós teríamos aqui, no mínimo, cinco vezes mais pessoas do que as que temos hoje aqui.

Vocês que são dos Estados podem consultar isso. Acho isso lamentável, acho triste, porque, primeiro, o controle interno, que normalmente são os advogados, eles vivem aqui nos encontros deles, mas quando é para a guarda municipal, eles dificultam.

Da mesma forma, lamento também, na data de hoje, que nós fizemos parte de uma grande luta, não é Deputado Arnaldo?, pela PEC nº 300, que beneficia a brigada militar. Porém, quando não é com ela, a brigada militar tem dificultado a questão. A gente sabe que isso não é uma iniciativa da Brigada Militar dos Municípios, porque onde tem a guarda municipal atuando junto com a brigada militar, o entrosamento é muito bom. A brigada militar fica muito satisfeita com esse trabalho, porque notam que não dão conta e precisam de nós. Por isso, quero dizer que essa orientação não vem lá debaixo, mas da brigada militar que tenta dificultar a aprovação de leis que não vão prejudicá-los em nada, só vai ajudá-los. Quanto melhor estiverem as guardas, melhor também para as brigadas militares. Por isso, lamento que as corporações da brigada militar se metam numa esfera em que não deveriam se envolver.

Deputado Garotinho, fui Prefeito durante 8 anos. Quando recebi a Prefeitura, a pessoa que me entregou a chave estava de calção, camisa aberta e chinelo de dedos com tiras diferentes. Essa era a guarda patrimonial, à época, em meu Município. Hoje a situação é diferente. Fomos o primeiro Município do Estado do Rio Grande do Sul a criar a guarda. Estou satisfeitíssimo com a guarda do meu Município.

Por isso, temos não só a obrigação de melhorar a nossa guarda, mas de incentivar os Municípios que ainda não a criaram para criá-la com qualidade, porque isso é bom para o Brasil, bom para a segurança e bom para todo povo brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Muito obrigado, nosso colega, sempre combativo, Deputado Stédile.

Registro a presença entre nós de mais um Deputado, Deputado Dr. Grilo, agradecemos a sua presença aqui.

Concedo a palavra, um minuto, para um breve saudação, ao Deputado Ratinho Júnior, do PSC do Paraná. (*Palmas.*)

Antes, registro a presença do Deputado André Moura, do PSC de Sergipe.

O SR. DEPUTADO RATINHO JUNIOR - É líder do nosso Partido, inclusive.

Deputado Garotinho, quero cumprimentar a todos aqui presentes, em especial o nosso Presidente do Sindicato da Guarda Municipal de Curitiba, o Vecchi, em nome de quem cumprimento todos os guardas municipais, homens e mulheres que estão aqui presentes.

O nosso registro nesta reunião, diante da importância dos demais Parlamentares presentes, é sobre o fortalecimento da nossa guarda municipal em todo o Brasil.

Sabemos hoje da evolução e da importância da guarda municipal no dia a dia das cidades brasileira, em especial das grandes cidades, no combate à violência que, lamentavelmente, vem crescendo a cada dia.

A guarda municipal é um modelo de polícia, ou de policiamento, ou de segurança pública que conseguimos evoluir para guarda cidadã, o que é muito importante para o o sonho do nosso País que é ver implantado o mais rápido possível esse modelo que já eficaz na Europa e em outros países de primeiro mundo.

A guarda municipal, sem dúvida alguma, sem os vícios das demais corporações, que muitas vezes possam existir, é modelo com o qual poderemos avançar no futuro em benefício da nossa sociedade em busca de uma guarda cidadã que todos queremos.

Quero colocar-me à disposição, o nosso Gabinete é o 501 do Anexo IV, no 5º andar. E, obviamente, nos colocar dentro dos pleitos da guarda municipal e de todo o Brasil que for para o fortalecimento da nossa guarda municipal. Eu sou favorável à polícia municipal, à guarda municipal, no entendimento de que será um braço forte da nossa Polícia Militar, da nossa Polícia Civil, da Polícia Federal e das demais



denominações de polícias que temos em nosso País. É importante também o fortalecimento da guarda municipal.

Então, o nosso muito obrigado pela presença de todos vocês, que deixaram os seus Estados, as suas cidades para aqui debaterem esses projetos. E parabênizo todos os Deputados. Quero cumprimentar o meu líder, André Moura, do nosso partido, que também é um incansável na discussão, no debate, no avanço do fortalecimento da guarda municipal. Colocamo-nos à disposição para os projetos e os pleitos de vocês.

Muito obrigado. Um bom dia a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Obrigado, Deputado Ratinho Júnior.

Gostaria de registrar que 42 componentes da Guarda Metropolitana de Palmas tiveram um imprevisto, mas acabaram de chegar e merecem uma salva de palmas de todos vocês. (*Palmas.*)

Estão aí o Presidente Eduardo e o Vice-Presidente Rogério, que vieram de Palmas para participar do nosso encontro.

Concedo a palavra ao Líder do PSC, Deputado André Moura, para fazer uso da palavra e fazer uma saudação ao guardas municipais de todo o Brasil.

O SR. DEPUTADO ANDRÉ MOURA - Bom dia a todos! Quero cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Garotinho e também saudar o Deputado Ratinho Júnior, que é do PSC. Ao cumprimentar os dois, eu quero abraçar todos que fazem parte da Mesa.

Também cumprimento a todos vocês guardas municipais municipais, que, tenho certeza, trabalham de forma incansável para garantir uma segurança pública de melhor qualidade, em nome do Ney Lúcio, da Guarda Municipal de Aracaju, do meu Estado de Sergipe, e do Sr. Wibner, que também veio até aqui neste movimento mais do que justo.

E em nome do nosso Partido, na condição de Líder do PSC, nesta Casa, trago o apoio da nossa bancada — já falou aqui o Deputado Ratinho Júnior —, por entender a importância dessa luta mais do que justa de todos vocês.

Sabemos que a segurança pública no nosso País precisa de saltos e de melhorias. Entendo que a reivindicação de vocês contribui, e muito, para que



possamos oferecer às nossas famílias, aos cidadãos brasileiros, ao nosso patrimônio, ao patrimônio que é nosso, uma segurança de melhor qualidade.

E eu não tenho dúvida de que essa luta em que os senhores estão já há algum tempo, a partir do momento em que nos somarmos e que esta Casa assuma o compromisso e a responsabilidade que deve ter, e esta Casa deve se somar, poderemos votar aqui os projetos sociais e não só os projetos de interesse do Governo.

E tenho certeza de que sob a liderança do nosso Presidente, Deputado Garotinho, muito em breve vamos nos somar para que possamos tornar esse sonho de todos vocês realidade.

Na condição de líder do PSC, quero transmitir o apoio de toda a nossa bancada de forma unânime. Cem por cento dos Deputado do PSC se somam a essa luta. (*Palmas.*) E para aquilo que for necessário, Presidente Garotinho, estaremos à disposição, seja no plenário, seja na Comissão ou no Colégio de Líderes, para que defendamos o mais rápido possível que esse projeto vá para a pauta de votação a fim de que possamos contribuir e que este Parlamento cumpra com seu papel para melhorar a segurança do nosso País e, naturalmente, oferecer melhor segurança às famílias brasileiras.

A todos um forte abraço. Contem com o PSC. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Muito bem, muito obrigado ao Líder do PSC.

Registro a presença do Deputado Francisco Escórcio, do PMDB do Maranhão, Vice-Líder do PMDB, que daqui a pouco fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Dr. Grilo, do PSL de Minas Gerais, meu colega de Comissão.

O SR. DEPUTADO DR. GRILO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes, senhoras e senhores guardas civis, quero parabenizar o companheiro Naval por mais esse trabalho deste ano. Ele é um companheiro que está sempre liderando junto à Câmara dos Deputados essa luta pela aprovação da PEC nº 534.

E do que a PEC nº 534 estabelece? Ela estabelece tão somente que os Municípios poderão constituir suas Guardas Municipais para proteção da população,



dos bens e dos serviços. Agora, eu não entendo porque isso ainda não foi aprovado. A Guarda já está trabalhando e defendendo a população. Eu cito aqui um testemunho pessoal: sou frequentador, em Belo Horizonte, do Parque Municipal. Hoje posso ir ao parque com o meu filho porque tem o serviço da guarda lá. Não tem razão para que a guarda não tenha o poder de polícia. Isso traz segurança para a população.

Nesse sentido, vou acompanhar o voto do Relator, Deputado Arnaldo Faria de Sá e nós nos comprometemos, em nome do PSL, de requerer a inclusão na pauta. Acho até que deveríamos fazer um requerimento para que seja incluído com urgência a fim de que a PEC nº 534 seja votada o mais breve possível, pois ela ajudará a trazer segurança para a população e a preservar o patrimônio público. Então, é uma questão de Justiça, um trabalho que já é feito pelas Guardas Municipais, e só temos de lutar para valorizar o trabalho que vocês fazem.

Muito obrigado por esse trabalho que traz segurança à população. Só temos de parabenizá-los e agradecer-lhes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Muito obrigado, Deputado Dr. Grilo.

Passo a palavra ao Deputado Francisco Escórcio, para fazer uso da palavra, Vice-Líder do PMDB.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - Em primeiro lugar, quero dar um bom dia a todos.

(*Manifestação dos convidados. Bom dia!*)

O SR. DEPUTADO FRANCISCO ESCÓRCIO - Já gostei. Estão vendo, estão atentos.

Quero cumprimentar meus colegas, as autoridades da Mesa, mas quero dizer a vocês, vamos pensar juntos: a Câmara dos Deputados tem a sua polícia, o Senado tem a sua polícia, o Estado tem a sua polícia, e o Município não tem nada, que é a célula de tudo? Por que não?

Eu quero, Arnaldo, ser a pessoa que vai sair pedindo voto para o seu relatório. (*Palmas.*)



O PMDB não pode se furtar a um assunto que dignifica o cidadão. Um dos pilares de sustentação de uma democracia é a segurança pública, e a segurança pública tem de ser exercida no papel federal, estadual e municipal.

Salvem os senhores! Precisamos colocá-los dentro do que a lei pode amparar e dar toda sustentação para os senhores poderem, sem dúvida, me proteger, a minha família, ao cidadão e a todos nós, inclusive a nossa vida.

Um abraço a todos e até depois! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Muito obrigado, Deputado Francisco Escórcio.

O Deputado Efraim Filho abriu mão de falar antes da nossa Secretária, porque ele quer ouvir as palavras da nossa Secretária.

Antes de passar a palavra à Dra. Cristina Grossi, gostaria de fazer uma advertência: nesta Casa existem projetos que estão já há anos para ser votados e não são votados porque, embora todos se digam a favor, o Governo não tem dado uma sinalização clara.

Há um mês tivemos aqui uma quantidade enorme, igual a esta, de auxiliares de enfermagem, técnicos de enfermagem que lutam há anos por 30 horas para os profissionais de enfermagem. Esse projeto já está aqui há 10 anos e não é votado; está pronto para ser votado.

Então, o que seria bom? Conhecendo a Câmara e falando com bastante fraqueza, eu quero dizer que eu posso ajudar muito, o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que fez o relatório, pode ajudar muito, o Deputado Efraim Filho pode ajudar muito, mas quem mais pode nos ajudar é quem vamos ouvir agora, porque se o Governo sinalizar positivamente, o projeto entra em votação rapidamente.

Hoje, do ponto de vista da Maioria Parlamentar, o Governo tem uma base tão grande de Deputados aqui, são mais de 350 Deputados, que nada é aprovado ou rejeitado sem o consentimento do Governo Federal. Então, está nas mãos do Governo Federal, que está aqui representado hoje e, diga-se de passagem, muito bem representado pela Dra. Cristina Grossi, a oportunidade de ver o relatório do Deputado Arnaldo Faria de Sá votado



Sabemos que, no caso, por exemplo, dos auxiliares de enfermagem, todos os Líderes partidários enviaram o pedido de colocação em urgência ao Deputado Marco Maia. S.Exa. disse que temos questões que envolvem o nível superior.

Como acho que o caso dos senhores é mais fácil, não vai haver, por exemplo, uma questão como no caso dos auxiliares de técnicos de enfermagem, em que há um *lobby* muito forte dos hospitais privados, que não querem esse tipo de aprovação, porque a redução da jornada de trabalho implicaria contratação de mais gente, mais auxiliares de enfermagem, mais técnicos de enfermagem, mais enfermeiros. Então, eles lutam e pressionam. Eu acho que o caso dos senhores é quase um consenso; não há quem seja contra a guarda municipal. Nós vemos isso porque conversamos com todos os Deputados aqui.

Seria bom termos aqui uma posição, como vamos ter agora, da Dra. Cristina Grossi, porque com uma posição e uma sinalização positiva dela, poderemos fazer uma votação rápida, porque sei que ela vai falar aqui como representante da Secretária, que está hoje licenciada por motivos de trabalho, cumprindo uma missão de trabalho, uma missão oficial, fora.

E a Secretária, por sua vez, não tomará nenhuma posição sem ouvir o Ministro superior a ela, que é o Ministro da Justiça, que, por sua vez, também não tomará nenhuma posição sem ouvir a Presidenta da República, que o nomeou Ministro da Justiça. A palavra dela é muito importante para nós. Então faço primeiro, essa advertência.

O Deputado Vicentinho também pode nos ajudar muito, porque é um membro influente do Governo. Estando S.Exa. à frente da Frente Parlamentar, já nos ajuda muito, porque ele é um bom interlocutor junto ao Governo Federal, junto à Presidenta Dilma. Isso facilita muito. Acho que tê-lo à frente da Frente Parlamentar é um bom sinal para nós, sinaliza positivamente que poderemos ter esse resultado. Mas não se iludam que a Câmara sozinha tem condições de resolver esse problema.

Antes de passar a palavra à Dra. Cristina, peço 2 minutos para os senhores refletirem sobre algo muito importante. Estamos falando de segurança e, ao mesmo tempo, de violência. A segurança é necessária porque há violência. Eu gostaria que



os senhores meditassem sobre uma pequena historinha. Eu vou gastar 2 minutos para contá-la.

Um pai era professor de Geografia e ele aplicaria, no dia seguinte, uma prova. Mas o seu filho, um garoto de 5 anos, a todo momento o interrompia enquanto ele elaborava a prova: *“papai, eu queria lhe perguntar sobre isso; papai, eu queria lhe perguntar sobre aquilo”*.

Na quinta vez em que o filho entrou lá, ele disse: *“meu filho, venha cá, papai precisa terminar uma prova. Eu estou muito ocupado. Você está vendo isso aqui em cima da minha mesa?” Esse aqui é o mapa do mundo. E eu vou fazer uma coisa. você gosta muito de quebra-cabeça, não é?”*

“Ah, eu adoro papai.”

“Então, eu vou recortar este mapa do mundo e vou embaralhar, vou fazer um quebra-cabeça. Você vai para o seu quarto e depois que você conseguir consertar o mundo, colocando cada figurinha no seu lugar, você volta aqui para falar com o papai.”

E ele pensou assim: *“bom, como ele vai encaixar essas figurinhas todas? Agora ele vai me deixar terminar a prova.”*

Dez minutos depois, o filho bateu à porta do gabinete do pai, onde ele preparava a porta e disse: *“papai, já consertei o mundo”*.

Ele disse: *“mas como? Não pode ser. Eu embaralhei os países, os mares, os continentes, você não pode ter consertado o mundo tão rápido assim.”*

“O senhor pode ir ao meu quarto. Está tudo direitinho.”

E o pai, professor de Geografia foi lá e olhou, e realmente estava tudo certinho, os oceanos, os continentes, as divisas dos países, tudo encaixado, como naquele jogo de quebra-cabeça.

Ele disse: *“meu filho, me diga como você conseguiu fazer isso. Nem eu, com 30 anos de Magistério, conseguiria encaixar essas coisas tão rapidamente.”*

Ele disse: *“É papai, fui seguir seu conselho, mas não estava dando certo. As figurinhas não entravam não. Então resolvi virar para ver o que tinha do outro lado. Na primeira que eu virei, havia um braço; a segunda que eu virei havia uma cabeça. Eu pensei que aquilo era capaz de ser um homem. Um homem eu sei como eu*



conserto. Então, eu fui e montei o homem todo, encaixei tudo direitinho. Depois, eu virei o mundo estava consertado também.”

Moral da história: para termos um mundo melhor, temos de fazer a nossa parte. Temos de ter pessoas melhores, porque se as pessoas continuarem se degradando como estão não há segurança que dê jeito, não há polícia que dê jeito, não há guarda que dê jeito. Só um homem melhor vai fazer uma sociedade melhor.

Esta é a mensagem que quero deixar aqui para os senhores. Só consertando o coração e a cabeça das pessoas é que vamos ter uma sociedade melhor. *(Palmas.)*

Com essas palavras, passo a palavra à Dra. Cristina. *(Palmas.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Eu falei “homem” no sentido figurado, pode ser uma mulher também. Eu falei “homem” no sentido figurado da palavra.

A SRA. CRISTINA GROSS VILLANOVA - Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o Deputado Anthony Garotinho, Presidente da Comissão de Legislação Participativa, e, por seu intermédio, os demais Deputados. Quero agradecer o convite para a Secretaria Nacional de Segurança Pública estar aqui hoje.

Eu venho transmitir o abraço da Secretária Regina Miki, que todos vocês conhecem. Com certeza, se ela estivesse em Brasília, se ela estivesse no País, hoje estaria aqui com vocês. Vocês sabem que nós temos uma situação muito peculiar hoje na Secretaria Nacional de Segurança Pública, primeiro porque é a primeira mulher a ser Secretária Nacional e, em segundo, porque é uma pessoa que teve sua origem na segurança pública por meio da gestão municipal. Ela foi Secretária Municipal da Defesa Social em Diadema, São Paulo, durante um longo período e o seu trabalho foi tão positivo, tão efetivo, que, a partir dali, aquele Município saiu dos primeiros 20 Municípios com maiores índices de violência e criminalidade, pelo foco dela na prevenção da violência e da criminalidade.

Diadema já foi apresentada em fóruns internacionais, assim como outros Municípios. Foi a partir dessa experiência que nós tivemos a possibilidade de ter um destaque para o trabalho do Município na prevenção da violência e na segurança



pública. O Município já foi apresentado em fóruns não só no Brasil, mas em outros países também. E foi com esse trabalho que conseguimos efetivamente dar um impulso muito maior ao trabalho que é desenvolvido na Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Nós temos encontros regulares. Na verdade, desde 2003, eu trabalho na Secretaria Nacional de Segurança Pública e toda a minha trajetória na SENASP é voltada para os Municípios. Hoje eu não estou mais na Coordenação de Prevenção, mas sim a Beatriz Cruz, que hoje aqui me acompanha. Ela é a Coordenadora Geral da Prevenção, mas eu estou na direção do departamento, que também é responsável pelas políticas municipais de segurança.

Então, a SENASP sempre foi muito vista como uma financiadora de projetos. E efetivamente nós tivemos um ganho muito grande, porque, desde 2003, nós temos regularmente recursos a serem disponibilizados para os Municípios, para formação dos profissionais de segurança pública, o que é imprescindível para que vocês tenham esse trabalho de excelência e de qualidade que vocês desenvolvem nos seus Municípios; para aquisição de equipamentos e instrumentos técnicos para vocês desenvolverem esse trabalho; para realização de pesquisas de planos e de diagnóstico, sobre qual é a dinâmica, porque quando falamos em diferentes Municípios, também temos de saber qual é a dinâmica da violência que acontece em cada um desses municípios, qual é a peculiaridade que temos aqui, qual é o perfil dos profissionais que temos em projetos de valorização dos profissionais.

Hoje eu ouvi aqui vocês dizerem que não recebem elogios, e esse também é o nosso trabalho, de que o Município institua serviços que sejam de atendimento, de valorização dos profissionais da segurança pública e também de proporcionar serviços voltados à saúde desses profissionais de segurança pública, pois é essa é uma das profissões mais estressantes do mundo, ser profissional da área de segurança pública.

Mas o nosso papel não está restrito obviamente a projetos de prevenção de violência, tampouco está restrito só ao do órgão financiador. Nós somos também promotores e fomentadores de políticas públicas das quais vocês, em muitas situações, participam. Hoje nós temos Municípios gestores de telecentros na área de formação. Hoje vocês participam de discussões sobre segurança pública que vão



muito além da instituição. E esse, para mim, é um dos maiores desafios. É fácil? Não é.

Na SENASP trabalhamos com todas as instituições e nós temos de buscar a harmonia entre todos, porque não é pelo confronto ou pela disputa de papéis que nós vamos conseguir cumprir a nossa missão de proporcionar segurança pública à população. Então, é muito importante conseguirmos integrar e trabalhar de forma harmônica com todas as instituições de segurança pública e também com os gestores, que hoje têm um papel fundamental.

Nós hoje, Deputado, estamos inclusive com um edital. Os únicos editais que praticamente estão sendo lançados este ano pela Secretaria Nacional, exceto os projetos que tem um direcionamento, que obviamente exigem ações em área de fronteira e que são específicos das polícias estaduais, são para os Municípios. Nós tivemos agora — encerrou no dia 18 maio — editais para os projetos Mulheres da Paz, do Protejo, que têm uma característica muito voltada para a gestão municipal.

Nós estamos hoje com um edital na área de vídeomonitoramento, que tem sido uma das grandes ferramentas do Município na prevenção da violência e criminalidade. E, em breve, também vamos lançar outros editais para ações de aquisição de equipamento e trabalhos na área de prevenção da violência.

O que eu acho muito importante nesses fóruns, e desde sempre temos participado de discussões com o Conselho Nacional das Guardas — estou vendo aqui o Carlos Augusto, que é do sindicato das Guardas, também um parceiro de trabalho — é trazer para os fóruns de discussão das guardas municipais temas que vão além da própria questão que vocês estão discutindo aqui hoje, sobre o poder de polícia, temas que, do meu ponto de vista, vão engrandecer e vão trazer vocês para discussões de aspectos mais macro da segurança e para discutir qual é o perfil, quais são os problemas que hoje nós estamos enfrentando.

E é esse hoje o desafio. E também o da gestão de segurança pública, que é hoje o desafio que nós temos, de que as guardas municipais e os Municípios gestores municipais, os prefeitos, participem da discussão sobre segurança pública e, também, obvio, aquilo tudo que decorre dela, quais são as fontes de financiamento.



Eu estava conversando com Deputado Delegado Protógenes, que me falava dos poucos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. São pequenos, realmente, pensando na grandiosidade do problema, mas eu vou lhes confessar que se nós tivéssemos mais recursos, eu tenho muita certeza, em razão da experiência que adquiri durante esses 9 anos, que nós não teríamos condições de executá-los. Nós não recebemos projetos suficientes, nós não temos bons gestores na área de segurança municipal, em especial, que garantam a plena execução desses recursos.

Então, nós temos de ampliar essa discussão e trazer vocês profissionais da guarda municipal para fazerem parte desses fóruns de discussões e a se qualificarem dentro dos seus Municípios, para terem uma visão com maior abrangência sobre o papel da guarda municipal e sobre o papel do Município na segurança pública.

Então, a Secretaria sempre está com suas portas abertas, ainda mais hoje com essa peculiaridade de a Secretária Regina Miki ser uma municipalista declarada e ver o papel do Município como algo de muita importância. E nós temos muita responsabilidade também com esse trabalho.

No final de 2010, mas que obviamente ganhou um impulso sob a gestão da Secretária Regina Miki, nós criamos um grupo de trabalho para propor também uma regulamentação das guardas municipais, por causa dos conflitos que sempre encontramos e do longo período que nós temos de não aprovação dos PLs que são encaminhados aqui para Câmara, em razão de disputas que são estabelecidas entre as diferentes instituições.

Esse projeto, obviamente, não é construído pela SENASP. Nós escolhemos, entre os profissionais de segurança pública que ao longo desses anos temos conhecido, além de conhecer o trabalho que desenvolvem, uma representação de cada um dos Estados, além de ter representantes do Conselho Nacional das Guardas e também do maior Sindicato das guardas municipais do País, que é presidido pelo Carlos Augusto.

O que nós fizemos em um primeiro momento? Colocamos todos os nossos anseios ali. Tudo o que nós pensamos ser necessário dizer. Um dos grandes problemas é essa névoa que existe sobre quais são as competências da guarda municipal, quais são as competências da Polícia Militar, quais são as outras



competências das polícias estaduais e que se encontram no mesmo território. Então, nós precisamos dar segurança jurídica para os profissionais da guarda municipal poderem trabalhar e precisamos estabelecer atribuições que são, sim, aquelas que já são desenvolvidas e que estejam de forma harmônica atuando junto com as outras forças de segurança pública.

Então, nós já estamos há um pouco mais de um ano trabalhando, colocando todos os nossos anseios. Nós cometemos uma série de inconstitucionalidades, ou seja, nós temos independência, os Municípios têm independência para legislar, para estabelecer qual é o perfil da guarda municipal, quais são algumas ações, como são alguns regimes de atuação.

Mas a gente não se furtou a isso, porque, obviamente, a SENASP sempre é muito consultada sobre modelos: "Como é o modelo de projeto de lei para criação de guarda? Qual é o modelo de projeto de plano de carreira, cargos e salários que as guardas têm?"

Então, esse anseio, num primeiro momento, pode ser que ele não esteja incluído na lei, porque, eu também devo confessar, não acredito que a lei é que vai resolver todos os nossos dilemas e os problemas que nós enfrentamos hoje. Mas ele vai nos abrir caminho, para, a partir daí, desenvolver esse projeto, ter um modelo bacana e adequado sobre um plano de cargos e salários, ter um projeto adequado para a formação dos profissionais da Guarda Municipal.

Em 2005, nós elaboramos a matriz curricular da Guarda Municipal para formação dos profissionais da Guarda Municipal. Por quê? A partir de uma pesquisa do perfil da Guarda Municipal, nós verificamos que não havia uma diretriz, muito embora existam Guardas Municipais com mais de 100 anos — Piracicaba, que eu me lembro, Porto Alegre, que é minha cidade —, não havia uma harmonização.

Eu já recebi telefonema de guardas municipais lá na SENASP pedindo pelo amor de Deus para a gente intervir no Município porque eles tinham passado no concurso e estavam sendo colocados na rua sem nem uma hora de capacitação. Eles estavam clamando, pedindo socorro. Obviamente, nós não temos a ingerência de determinar que aquele é o curso que os Municípios vão adotar, mas eles são os únicos que são financiados com recursos da União. E depois a gente recebeu a



avaliação deles dizendo que era disso que eles precisavam, das diretrizes de formação para aqueles profissionais.

Então, nós fomos criando mecanismos para trazer também reconhecimento para os profissionais da Guarda Municipal. Hoje nós estamos inclusive num processo de amadurecimento dessa matriz, porque obviamente ela foi criada, hoje não está perfeita, mas tem que ser modificada. Ela tem que ser reavaliada, qualificada ao longo do tempo e também nas questões que vão surgindo. Por exemplo, não havia previsão sobre a atuação da Guarda Municipal em relação à população em situação de rua, que reclamava muito da Guarda Municipal.

Em 2010, nós fizemos um grande seminário, o 2º Seminário sobre o Papel dos Municípios no Sistema Único de Segurança Pública, e convidamos um dos representantes do Movimento Nacional das Pessoas em Situação de Rua, que reclamou muito da Guarda Municipal, mas fez propostas de atuação conjunta e de temas que vocês e os outros profissionais de segurança pública deveriam conhecer. O que é uma população em situação de rua? O que é uma população LGBT? Quais são esses desafios com os quais a gente se defronta diariamente na rua e para os quais, às vezes, não há instrumento nenhum, não há ferramenta e não há conhecimento para lidar com eles? É essa responsabilidade que nós temos de propor para trazer conhecimento, discutir com vocês e mostrar ferramentas para que possam desenvolver um trabalho de forma adequada.

Esse grupo de trabalho se deparou, na Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, com uma série de questões que não tinham como passar. Eu disse: *Não, eu abdiquei do meu papel de advogada quando estava no grupo de trabalho e, agora, eu tenho que voltar a ele para que a gente tenha um projeto que seja efetivamente adequado, porque nós acreditamos que temos que subir um degrau depois do outro. Vou confessar isto, tenho que dizer isto: eu acho que não temos como saltar do primeiro ao décimo degrau sem subir um por um. A gente não tem que desistir porque a escada é íngreme ou coisa assim. Nós temos que persistir seguindo.*

Este também é o nosso desafio: propor esse projeto de lei. A Secretária já conversou com o Ministro sobre ele. Nós estamos nessa tratativa com a Secretaria de Assuntos Legislativos. Eu acredito que esta semana a gente resolva isso. Nós



vamos apresentar o grupo, não só a SENASP, para uma audiência com o Ministro para mostrar o projeto. E, se necessário for, nós vamos também para uma audiência com a Presidenta para apresentar-lhe esse projeto, a fim de que ele seja um projeto de governo que traga segurança jurídica para os profissionais das Guardas Municipais, sempre obviamente lembrando dos anseios que vocês nos remetem diariamente não só nos encontros que temos mas também nos *e-mails*, nas cartas, nas ligações que nós recebemos diariamente.

Eu quero dizer também que a gente recebe muitas demandas por outras participações no grupo, mas vocês têm que entender que não há como fazer um grupo de trabalho no qual as pessoas não cumprem suas atribuições. Inclusive já houve mudanças em razão de a pessoa não cumprir com as suas atribuições, com aquilo que levou quando retornou para o seu Município, para depois retornar na próxima reunião e trazer um projeto consistente para as discussões. Não há como fazer uma reunião com um grupo cujo tamanho está acima de dez pessoas. Isso não é produtivo. Então, a gente optou por uma indicação que foi feita junto com o Conselho Nacional das Guardas Municipais. Não foi só a SENASP. Nós indicamos pessoas. Conversamos com o Conselho Nacional das Guardas Municipais e com o próprio sindicato para trazer essas pessoas cujo trabalho conhecemos, pessoas que são de sentar na cadeira e desenvolver um projeto, pesquisar.

Eu quero dizer que nós avançamos muito em algumas coisas na Secretaria. Primeiro, ter permanentemente profissionais das Guardas Municipais trabalhando na SENASP. Hoje trabalha diretamente comigo um profissional da Guarda de Contagem; nós temos também um de Salvador e outro de Piracicaba, São Paulo. São os de que me lembro neste momento.

Hoje, recebi um *e-mail* do pessoal de uma Guarda Municipal da Bahia perguntando quando vai haver seleção dos profissionais de Guarda para trabalhar na SENASP. Nós acreditamos, primeiro, que essa é uma experiência muito grande e um desafio, porque, na verdade, quando o profissional está lá, ele tem que se despir do seu uniforme, no sentido de que não está representando seu Município. Assim como dizemos também aos policiais: *“Aqui vocês não estão representando o seu Estado; aqui vocês estão trabalhando para o Brasil. Então, não importa neste*



momento qual é o seu Município, o seu Estado; o que importa é a política pública voltada para todos os profissionais de segurança pública”.

Nós às vezes recebemos indicação de elaboração de propostas regionalizadas. É óbvio que a realidade em São Paulo, Estado que tem o maior número de Guardas Municipais, é muito diferente da do Estado de Rondônia, que tem só uma Guarda Municipal. Ariquemes? Não, não é Ariquemes. Esqueci o nome do Município. Em todo o Estado de Rondônia, só há um Município que possui Guarda Municipal. Não podemos ter projetos pensando assim: *“Então, para esse Município de Rondônia nós vamos fazer um projeto específico e, para outros Estados, nós vamos fazer projeto adequado ao perfil desses profissionais”.*

O que nós queremos é entender essa universalidade e propor um projeto que atenda a todos os profissionais de segurança pública das Guardas Municipais. Por isso eu digo “profissional de segurança pública”. É essa a nossa meta, que vocês sejam reconhecidos como profissionais de segurança pública. Ou melhor, para a SENASP, vocês já são reconhecidos, e acredito que para os seus Municípios também. Estamos trabalhando para isso, para vocês atuarem no seu dia a dia de forma consistente e segura.

Eu quero dizer que na SENASP nós estamos 100% envolvidos nisso. Quando eu digo “100%”, é praticamente 100%, mesmo.

O PRONASCI.

Eu falei do Fundo Nacional de Segurança Pública. O Fundo Nacional sempre financiou ações voltadas para a segurança pública nos Municípios. Acho que muitos aqui, pelo menos os Deputados que já foram Prefeitos, estava aqui o Deputado José Stédile e também o Deputado Anthony Garotinho, sabem do papel da SENASP. Nós temos convênios com Campos, inclusive um está em vigência. Cachoeirinha, também. Enfim, todo Deputado que já foi Prefeito sabe do papel da SENASP, do papel indutor que nós temos em políticas públicas. Obviamente, os projetos que financiamos têm esse papel também de indução de políticas públicas. Em determinado momento, ou melhor, até hoje é assim, não se pode apresentar um projeto para aquisição de equipamento que não seja também para formação dos profissionais de segurança pública — que traga informações diferentes, que tenha o que se está discutindo, quais novas tecnologias vocês podem adotar, técnicas de



negociação, de mediação de conflitos, de resolução não violenta de conflitos, como atender a comunidade melhor.

Os segmentos sociais, com os quais nós nos defrontamos diariamente no nosso trabalho, nós temos que saber entender o que significam e saber como lidar com eles, não, obviamente, por meio da autoridade e da violência.

Em 2007, na gestão do Ministro Tarso Genro, foi criado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania — PRONASCI. A partir do PRONASCI, com os próprios recursos, que foram muito maiores do que os que tínhamos no Fundo Nacional de Segurança Pública, nós criamos novos projetos na área de segurança pública.

Os próprios Proteção e Mulheres da Paz são projetos do PRONASCI, assim como há ações para aquisição de equipamentos, formação dos profissionais de segurança pública, formação de lideranças comunitárias, realização de seminários conjuntos para os profissionais de segurança pública trabalharem com esses segmentos sociais. Há também projetos desenvolvidos em conjunto com outros Ministérios, por exemplo, o Ministério da Cultura — o Pontos de Cultura e o microprojeto Mais Cultura —, com os quais acredito que muitos de vocês tenham trabalhado; as Praças da Juventude, que hoje as PECs — Praças dos Esportes e da Cultura, especificamente voltados para o Município. Ao total, foram 800 Municípios selecionados na primeira e na segunda fases. Nós estamos trabalhando de forma conjunta com eles para que, nesses espaços, haja também a possibilidade de a gestão municipal de segurança atuar na área de prevenção da violência.

Não sei se os senhores conhecem, mas se entrarem no *site* www.pracasdopac.gov.br vão conhecer outros equipamentos públicos: o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério do Esporte, o Ministério do Trabalho e Emprego, que financia muitos projetos para a prevenção, especialmente de jovens em situações de vulnerabilidade a situações de violência e criminalidade.

Então, o PRONASCI trouxe, obviamente, visibilidade para os Municípios, e também aporte de recurso muito maior, porque havia a necessidade de os Municípios criarem os Gabinetes de Gestão Integrada Municipal. Acredito que vocês todos, de alguma forma, conheçam. Estou vendo aqui algumas guardas com o símbolo Capacitação em Policiamento Comunitário, que é uma ação direta da



SENASP de capacitação dos profissionais em conjunto. Ganhou muito mais amplitude com o PRONASCI. Então, há policial civil, há policial militar, há guarda municipal e há liderança comunitária na mesma sala de aula conhecendo a doutrina e a filosofia de policiamento comunitário.

O PRONASCI trouxe uma visibilidade muito grande para os Municípios. O Gabinete de Gestão Integrada é uma das principais ferramentas que nós temos para a integração de políticas públicas, ou seja, não só a segurança discutindo quais são os problemas de segurança que vamos resolver, mas também a saúde, assistência social.

O Programa Crack, é Possível Vencer é um programa novo do Governo Federal, lançado no final de 2011 pela Presidenta Dilma. A integração entre o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde, o Ministério do Desenvolvimento Social e a integração que nós estamos propondo entre a União, os Estados e o Município para implementar ações integradas de assistência de saúde e também de segurança nessas cenas de uso, nesses locais onde há consumo público de drogas, especialmente do *crack*, têm sido muito inovadoras, mas também muito difícil de se realizar.

Em uma das apresentações — acho que no Estado do Rio de Janeiro, inclusive —, o pessoal da saúde estava falando e eu perguntei para um policial que estava do meu lado: *Você sabe o que é um CAPS? Ele nem me olhou e disse: “Não. O que é um CRAS, o que é um CREAS, que serviços são esses?”*

Muitas vezes, nos deparamos com situações que parece que estamos sozinhos, que não temos para onde encaminhar. Não é um problema, às vezes, de segurança pública; é um problema social. Para onde vamos encaminhar?

Então, é imprescindível — e o Gabinete de Gestão Integrada é uma ferramenta que teve muita amplitude por meio do PRONASCI — fazermos a integração dessas políticas públicas e nos conhecermos.

Ontem, eu fiz também um apelo para o MDS e para o Ministério da Saúde, pois estamos totalmente abertos às políticas de saúde e de assistência e a trazer esse conhecimento para os profissionais de segurança pública. É preciso também que eles se abram para os profissionais de segurança pública, para que vocês possam, na formação dos assistentes sociais, na formação dos profissionais da área



de saúde, que atuarão junto com vocês no Município, falar sobre o trabalho de vocês, sobre a Guarda Comunitária, sobre o papel da Guarda Municipal, sobre a política municipal de prevenção à violência e à criminalidade. E que não sejam chamados só quando for necessário colocar um guarda municipal na frente do posto de saúde, porque está havendo arrombamento. É um papel muito mais amplo do que esse. Não é só dessa forma que se vai prevenir a violência e a criminalidade. Vocês têm de participar da discussão da política e participar da discussão da implementação dessa política também em âmbito local. A SENASP é totalmente parceira nisso.

Não é fácil. No final de 2010, eu cheguei a pedir demissão da SENASP, porque não aguentava mais. Depois de 5 horas de reunião, defendendo pessoalmente 23 projetos municipais que eu conhecia na ponta da língua, eu disse: *É muito difícil! É muito difícil!* Mas a Secretária Regina Miki, que eu já conhecia de longa data, inclusive de ter analisado e aprovado esse projeto de Diadema que ela apresentava para a SENASP e obviamente de conhecer o trabalho dela, me ajudou.

Eu me lembro que, em 2003, quando fui trabalhar na SENASP, uma das primeiras iniciativas foi visitar alguns Municípios. Obviamente, não podia deixar de ir a Diadema, a São Paulo, a Bauru e a outros Municípios conhecer *in loco* o trabalho que as Guardas Municipais desenvolviam.

E sempre que possível a gente participa de algum seminário, de alguma discussão, faz alguma visita, faz a fiscalização também dos recursos que são repassados pela União, porque este também é o nosso papel: zelar pela boa aplicação do recurso público.

Para isso nós precisamos de vocês. De vez em quando, a gente recebe lá algumas denúncias dizendo: *“Olha, aqueles equipamentos que eram para a Guarda Municipal tal não estão aqui, estão em outro lugar”*.

Então, nós precisamos desse *feedback* para poder, às vezes, impulsionar essa que é uma responsabilidade nossa também quando se é o gestor de recursos públicos. Acredito que alguns de vocês possam ter esse trabalho também como ordenador de despesas no seu Município.

Nós somos parceiros para esse trabalho e somos parceiros também para desenvolver uma política pública responsável e obviamente integrada, no âmbito da



sua complexidade, não só entre as outras instituições mas também com as outras políticas públicas que são desenvolvidas no Município.

Isso já é recorrente. *“Ah, é no Município que os problemas acontecem”*. Os problemas normalmente não têm uma causa só. Eles têm um nível de complexidade e uma necessidade de articulação que é tão difícil quanto frutífera depois que a gente consegue implementar.

Uma coisa eu aprendi e, por isso, ontem, na reunião com o Ministério da Saúde, no Ministério do Desenvolvimento Social, eu disse que depende da gente, que a gente sempre tem a iniciativa. A gente não pode esperar que os outros venham nos procurar para fazer parte dessa discussão e para abrir as portas. É a gente que deve, insistentemente, bater nas outras portas.

Eu acho que é por isso que vocês estão aqui também, batendo na porta do Congresso, para ver se a gente consegue avançar, seja na aprovação da PEC 534 seja na aprovação de outros projetos de lei.

E é isso que nós temos de fazer para garantir a implementação de políticas públicas de prevenção no seu Município e, com isso, dar segurança à população, trazer qualidade de vida, não só para os outros, mas para nós mesmos que, à exceção aqui do Distrito Federal, moramos no Município.

A gente sabe que conta com vocês sempre.

A gente fez uma mudança muito importante na SENASP em algumas áreas, porque até o ano passado somente o Departamento de Políticas, Programas e Projetos e a Coordenação de Prevenção trabalhavam com o Município. Então, os projetos de formação dos profissionais da Guarda Municipal eram analisados por nós, porque a Coordenação de Ensino não se envolvia. A matriz foi criada pelo nosso departamento. Se nós temos uma coordenação específica para a área de pesquisa, análise da informação, é ela que deve tomar conta da Guarda Municipal e das pesquisas que são feitas no âmbito do Município. A Coordenação de Ensino é que deve incluir, em seus financiamentos, projetos de capacitação dos profissionais da Guarda Municipal.

Eu sei que vocês vão ver, isso não é muito difícil porque temos alguns contatos no Facebook, que saiu um edital para valorização dos profissionais de segurança pública e o Município não foi incluído. A gente recebeu uma série de



demandas, porque antes sempre vinha. Mas houve uma solicitação da própria Diretora do Departamento, Isabel Figueiredo, de que não, de que se há coordenações específicas e qualificadas para tomar conta disso, elas vão tomar conta disso.

Imediatamente ela me ligou pedindo desculpas, porque foi um erro realmente da Coordenação de Valorização Profissional que não incluiu projetos a serem apresentados pela Guarda Municipal, e isso não vai acontecer mais.

Mas é um trabalho cotidiano e de vigilância. Devemos sempre cuidar, olhar, lembrar, discutir, debater e ter vocês fazendo parte disso também.

Então, mais uma vez, eu quero agradecer ao Deputado Anthony Garotinho e me colocar à disposição, não só na minha pessoa mas na pessoa da Beatriz também, que veio aqui hoje começar a se familiarizar, porque ela está há pouco tempo com a gente ali na SENASP, muito embora tenha sido uma das pessoas mais atuantes para a realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Que vocês possam reconhecê-la nesses encontros de que vamos participar, inclusive no próximo encontro do Conselho Nacional das Guardas, que será realizado na cidade de São Paulo.

Muito obrigada e boa sorte para todos nós. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Muito obrigado, Secretária Cristina Gross.

Registro, com muito prazer, a presença do Deputado Eros Biondini, manifestando seu apoio às Guardas Municipais, especialmente as de Minas Gerais. *(Palmas.)* E também da Deputada Fátima Bezerra, que vai fazer uso da palavra daqui a pouco.

Antes de passar o comando dos trabalhos para o Presidente da Comissão de Segurança, meu colega Deputado Efraim Filho, gostaria de fazer uma pergunta à Dra. Cristina, se é que eu entendi bem o que ela disse aqui. Pelo que entendi do pronunciamento de V.Sa., a Secretaria está elaborando um novo projeto. É isso?

A SRA. CRISTINA GROSS VILLA NOVA- É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Um novo projeto. Não seria possível compatibilizar esse projeto com o relatório do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que já está praticamente pronto.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não é uma PEC, é um projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Anthony Garotinho) - Eu sei. Digo compatibilizar as propostas, em vez de ficarem na disputa o projeto de um e a PEC do outro. Muitas vezes, acaba não indo nem um nem outro. Enfim, compatibilizarmos a ideia do Governo com a proposta do Deputado, com tudo o que já está sendo feito na Comissão de Segurança. O debate já está bastante adiantado.

Tenho certeza de que no projeto da Secretaria deve haver muitas coisas boas que já constam do relatório. No relatório, provavelmente, existem questões que podem ser modificadas, desde que tenhamos o compromisso de juntos aprovarmos isso o mais rápido possível.

Vamos sair daqui com essa ideia de promover, ainda hoje, se possível, o encontro do nosso Relator aqui na Câmara, Deputado Arnaldo Faria de Sá, com a Secretária Cristina, ou com quem ela designar, para tratar especificamente de uniformizar o projeto, seja uma PEC seja um projeto, o que for definido como o mais rápido de ser aprovado. *(Palmas.)* Porque só há uma coisa que não volta mais: o tempo. Saúde a gente tem, perde, depois recupera. Poder a gente tem, perde, depois recupera. O tempo não volta. Esse dia de hoje não vai voltar nunca mais. O que passou passou. Então, cada dia que passa sem que essa questão seja resolvida não vai ser recuperado.

Felicito a Secretaria por ter um projeto, mas se ele puder se harmonizar com a PEC que já está na Casa e se pudermos fazer uma coisa só, para não haver disputa, poderemos aprovar, quem sabe, até por votação consensual, na Câmara. *(Palmas.)* Todos os Líderes partidários poderão assinar, sendo subscrita pela Frente do Deputado Vicentinho, que vai defendê-la em nome de todos os Parlamentares. Se pudermos fazer isso, acho que sairemos daqui hoje com um grande avanço. Podemos? Podemos! Graças a Deus! *(Palmas prolongadas.)*

Então vamos celebrar esse momento com essa perspectiva ótima de entendimento entre a Secretária, a Comissão de Segurança Pública e o nosso Relator.



Agradeço muito a oportunidade de ter presidido esta solenidade até o momento. Desejo que tudo corra bem e que o entendimento possa fazer com que esse problema não se arraste mais.

Passo a presidência dos trabalhos ao Deputado Efraim Filho, que, depois, vai passar a palavra à Deputada Fátima e a todos os Deputados presentes.

Da minha parte, muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Faço uma saudação muito rápida, até porque acredito que as palavras serão importantes nessa interação com as senhoras e os senhores que estão aqui presentes. Saúdo a Secretária Nacional de Segurança Pública em exercício, Cristina Gross; o querido amigo Arnaldo Faria de Sá e, na pessoa dele, saúdo todos os Parlamentares que estiveram aqui, que passaram por esta Casa; na pessoa do amigo Vicentinho, saúdo todos os membros da Frente Parlamentar em Defesa das Guardas Municipais.

Na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, a nossa responsabilidade é muito grande. O Deputado Delegado Protógenes falava há pouco da nossa jovialidade. Acho que chega o momento, Deputado Arnaldo Faria de Sá, em que a audácia e a ousadia, que são características próprias da juventude, são necessárias para fazer o tempo da travessia.

Um poeta brasileiro, você conhece, já dizia há muito tempo, falando das pessoas, que é hora, muitas vezes, de ir ao nosso guarda-roupa e tirar aquelas roupas que já tomaram o formato do nosso corpo pelo tanto que as usamos e que estão desgastadas. Esse é o chamado tempo da travessia.

Fazendo essa analogia das pessoas para as instituições, minha cara Secretária, é chegado, sim, o tempo da travessia no que diz respeito à ação das Guardas Municipais na integração do sistema de segurança pública do País. Ela não pode mais ficar num segundo plano, não pode ser marginalizada, ignorada, como se fosse simplesmente uma ornamentação.

As Guardas Cíveis e as Municipais têm de ser chamadas à reponsabilidade, e é o desejo de vocês, para que também possam ter uma atuação mais eficaz no combate à violência, à criminalidade. Não é à-toa que a segurança pública, em qualquer pesquisa, em qualquer canto ou recanto deste País, está em primeiro ou



segundo lugar nas demandas sociais. Quando a primeira é a saúde, a segurança pública é a segunda, mas quando se soma com as drogas geralmente alcança o primeiro lugar.

E quando se fala em tempo de travessia, estamos falando de uma PEC que dorme neste Congresso desde 2002. Estamos falando em travessia quando falamos de projetos que querem regulamentar a atuação dos senhores, dos guardas municipais. O primeiro projeto, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, é de 2003, e desde então se encontra na Comissão de Segurança Pública. Ao lado dele estão apensados projetos de 2005, 2009, 2010 e 2011. São mais de cinco projetos que propõem essa regulamentação.

Desde 2003 esta Casa não aprecia a matéria e muitas vezes se esconde com medo de votar, de deliberar. Esta Casa é, sim, o lugar de buscar consensos, convergências, mas não necessariamente da unanimidade. E quando se tem um texto pronto, preparado, ele tem de ser votado, seja para dizer “sim” seja para dizer “não”. Vocês não podem vir aqui em 2009, 2010, 2011 e 2012 e não ter uma resposta do que o Congresso Nacional pensa. É hora, sim, de votar. Que se diga “sim” ou “não”, mas embargo de gaveta não deve mais acontecer. *(Palmas.)*

E foi, talvez, por essa audácia e ousadia da juventude, Deputado Arnaldo Faria de Sá, que, sentados com nossos pares, chegamos a um consenso. E tenho absoluta certeza de que hoje é um marco que vai dividir muitas águas em antes e depois, porque se hoje conseguirmos arrancar dos líderes partidários o compromisso de que essa PEC seja pautada para votação no plenário, se hoje conseguirmos também sair daqui com um documento mostrando a força da mobilização da categoria, mas é preciso também não só olhar com os olhos do amanhã, mas com os de hoje.

Por isso também convido os senhores — claro, uma pequena parcela, porque teremos atividade à tarde — para comparecerem, hoje, às 14 horas, à reunião da Comissão de Segurança Pública e do Crime Organizado. Como Item 8 da pauta consta o Projeto nº 1.332, de 2003, do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que regulamenta o Estatuto Geral da Guarda, junto com todos os apensados e com o substitutivo elaborado pelo Deputado Fernando Francischini, do Paraná.



Com esse sentimento, minha cara Secretária, está bem claro o que será colocado em votação hoje. Compartilho totalmente do seu entendimento. As peculiaridades têm de ser respeitadas, caso a caso. Cada Município tem uma realidade. Eu sou municipalista e conheço muito bem esse caminho, mas é preciso, sim, ter um balizamento; é preciso, sim, ter normas gerais; é preciso, sim, ter normas que imponham limites, inclusive para evitar invasão das competências que têm tomado conta do Congresso Nacional e da atuação dos senhores. Então, hoje, o que irá à pauta é a votação da proposta de um Estatuto Geral das Guardas. *(Palmas.)*

Para que os senhores tenham uma ideia, aqui está o documento profundamente estudado. Foram 8 anos de estudo, com a participação e acompanhamento da SRI, da Secretaria de Relações Institucionais do Governo Federal, também com o acompanhamento institucional do Ministério da Justiça. É por isso que acreditamos, Deputado Arnaldo Faria de Sá, que mais uma vez V.Exa. terá motivos de sobra para ser escolhido patrono da Guarda Municipal deste País, porque, além de ser Relator da PEC, é também autor do projeto, que já demorou tanto, que já estamos querendo apressar regulamentando essa proposta

Então, rapidamente, vou dizer o que essa travessia representa: delimitar a função dos senhores, educar, orientar, fiscalizar, controlar, policiar, proteger a tranquilidade e a segurança dos cidadãos, colaborar para o desenvolvimento das políticas públicas de segurança, zelar pelo respeito à Constituição Federal, às leis, às pessoas e ao patrimônio, tolher toda ação nefasta de indivíduos, preventiva e repressivamente, quando se trata da preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas, do patrimônio e dos serviços municipais. É por isso que queremos entrar nesse caminho de uma guarda que venha com o sentimento de uma ação solidária, comunitária, preventiva, mas é, sim, necessário que possamos avançar.

Eu conversava aqui com o comandante sobre a questão da integração. Ele me falava: *“Deputado, muito cuidado com essa questão da integração, porque muitas vezes a integração significa subordinação à Polícia Militar do Estado”*. Eu disse: *“Calma”*. Como a gente diz lá na minha Paraíba: uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Está previsto aqui que a guarda será subordinada ao Executivo



Municipal. Ponto. A integração que nós queremos não significa submissão. Ela preserva autonomia e busca os conceitos de intersetorialidade.

Eu acompanhava a fala da Secretária. Claro que é preciso dialogar com o serviço social, com a Secretaria de Educação e com vários outros segmentos que se fazem necessário para uma atuação premente. Isso está previsto nesse Estatuto Geral das Guardas, que tem como Relator o Deputado Fernando Francischini. A intersetorialidade e a integração têm que existir. Ninguém conhece mais o Município do que a Guarda Municipal.

Eu vou lhes dar um exemplo da região metropolitana da cidade de João Pessoa, capital do Estado. Uma ação da polícia buscava bandidos que assaltaram um banco, um crime hoje latente em todos os locais do País. Um guarda municipal foi testemunha e, em seu depoimento, disse: *“Deputado, eu vim ouvindo pelo rádio, captando a frequência. Aí disseram que se evadiram em direção à cidade do Conde, lá por uma região localizada. Imediatamente, eu estava com o meu efetivo e fui. Eu disse: rapaz, eu conheço essa região.”*

Foram lá pelas estradas vicinais de barro e conseguiram localizar onde eles estavam se escondendo. Imediatamente, fizeram contato com a Polícia Militar, que foi e realizou a prisão dos efetivos.

Então, essa integração e a essa intersetorialidade têm que existir, porque há coisas que só quem está presente no Município conhece. Não se pode abdicar desse caminho.

É lógico que aqui também estão previstas as escolas de formação. A formação, o treinamento, o aperfeiçoamento são necessários. No Estatuto se preveem 480 horas de formação, no mínimo, para que vocês possam ir às ruas para trabalhar com as pessoas, porque é a vocação natural dos Municípios para a resolução dos problemas locais.

Como esconder que há cidades no Brasil que são maiores do que muitos países no mundo e dizer que esses Municípios não têm a capacidade de criar, gerir e controlar suas guardas? É claro que têm. Mais do que isso, é justificado e é necessário. Não se pode retirar dos Municípios essa responsabilidade.

É claro que o art. 301 do Código de Processo Penal diz, Deputado Arnaldo Faria de Sá, que qualquer indivíduo, cidadão, em virtude de um ato de flagrante



delito, pode ir lá e prender, mas é preciso não se alicerçar apenas nesse artigo para a atuação dos senhores e senhoras. Trata-se aqui — talvez o tema mais polêmico — de como fornecer às Guardas Municipais condições para realizar sua segurança.

Obedecido o Estatuto do Desarmamento, a regra será a arma menos letal, serão as armas não letais. Porém, no casos justificados e necessários, mediante lei municipal, mediante reconhecida necessidade, a arma de fogo pode vir a ser uma realidade, dependendo do caso, aí, sim, de como cada Município entender que deve existir.

Para finalizar, quero dizer que precisamos ir mais além. Vou lhe dar uma boa notícia, minha cara Secretária. Quero dizer que também é pauta prioritária da Comissão de Segurança Pública fazer com que a segurança, como eu disse, que entra em primeiro ou segundo lugar em qualquer inquérito, possa avançar.

Quero dizer que a segurança não pode mais ficar dependendo do bom humor do gestor de plantão — do Prefeito, do Governador, do Presidente. É preciso, sim, haver regras que garantam o investimento na segurança. Se a segurança é atividade-fim do Estado, como é a saúde e como é a educação, por que não criamos um fundo nacional de segurança pública, com a obrigação de ele ter um piso, como há a obrigação de se investir 25% em educação, 15% ou 12% em saúde? Por que não obrigar que 5% dos recursos sejam investidos em segurança pública?

O que temos visto é que muitos gestores preferem a obra de pedra, ferro e cal, que a olhos vistos se vê, em vez de investir na segurança, que significa prevenção. O crime não acontece e muitas vezes não é percebido pela população. Às vezes, isso não dá os votos que um viaduto e uma ponte dão. Então, é preciso garantir que uma parte mínima dos recursos seja investida em segurança pública, que seja criado esse fundo nacional, esse piso nacional para aplicação.

Por último, quero dizer que já chegou a hora de o País, em virtude de toda essa intersetorialidade, das responsabilidades e competências dos Municípios, das responsabilidades e competências dos Estados, das responsabilidades e competências da União...

Por mais que a SENASP tenha o apoio do Ministério da Justiça, eu acho que já está pequeno para a segurança pública. Está na hora de ser criado o Ministério da Segurança Pública neste País. O Ministério da Justiça tem as suas atribuições, mas



a segurança pública tem de ultrapassar as fronteiras da SENASP. Quem sabe, não poderemos aqui estar falando com a futura Ministra da Segurança Pública — Cristina Gross, Regina Miki ou, quem sabe, algum daqueles que têm competência para levar a segurança pública adiante.

É preciso, sim, agir, e as Guardas Municipais hoje têm o compromisso, às 14h30min, de nos ajudar a ir ao plenário, a pressionar os membros e a aprovar o Estatuto Geral da Guarda Municipal, o projeto do Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Palmas.)*

Muito obrigado.

Passo a Presidência ao Deputado Vicentinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Passo a Presidência ao Deputado Vicentinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) - Obrigado, estimado Deputado Efraim Filho pelas suas importantes palavras.

O nosso companheiro Carlos Augusto, Presidente do Sindicato dos Guardas Civis Metropolitanos de São Paulo, acaba de me mandar um *e-mail* para que eu coloque no meu *site* o nome de todos os Deputados que compõem a Frente Parlamentar. O nosso companheiro Oséias propôs que seja feita uma janela exclusiva no *site* da GCM para que possamos trocar ideias e nos articularmos pela Internet e pelo mundo afora. Não sei tecnicamente como se faz. Eu sei o que é uma enxada e uma chibanca, mas vamos colocar porque cria um espaço para que todo mundo possa se comunicar e se articular.

O papel da Frente é funcionar como um motor que mobiliza, agiliza e que pressiona os nossos Parlamentares. Uma coisa importante, pessoal, é, independente de o Deputado ser da Frente, vocês, nos seus Estados, falarem com os Deputados, porque às vezes, se vai um grupo de GCM falar com o Deputado na sua região, no seu escritório, no seu bairro, a pressão é muito maior. Ele sabe que tem gente olhando a sua postura aqui dentro. Assim damos um grande salto de qualidade.

Por isso também quero agradecer ao nosso colega Efraim Filho, Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pelas palavras e também a nossa Secretária, que trouxe boas notícias. É o Governo se



envolvendo com todos os cuidados, que venha logo este projeto para que possamos juntos fazer um grande caldo aqui, porque o importante é a regulamentação.

Quero dizer à Secretária que sou autor de outro projeto de lei, que dá direito ao adicional noturno a todos os trabalhadores que atuam na área de segurança pública. O policial não tem adicional noturno, nem a Aeronáutica ou a Polícia Ferroviária. Quando a GCM se incorporar ao escopo da segurança pública, também passará a ter o mesmo direito. Qualquer trabalhador que trabalha depois das 18 horas tem direito, porque essas categorias à noite enfrentam mais insalubridade, mais periculosidade, mais penosidade e não têm esse direito, que para nós é devido, e esperamos que seja contemplado neste projeto.

Vou passar a palavra a nossa outra grande guerreira, defensora da Guarda Civil Municipal, a nossa Deputada do Rio Grande do Norte, minha conterrânea e nossa companheira Fátima Bezerra. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Meus companheiros e companheiras, quero dar o nosso boa-tarde e igualmente saudar a Mesa através do companheiro Vicentinho, nosso timoneiro na mobilização do Parlamento, em defesa das Guardas Municipais, que é o Coordenador e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Guardas Municipais. Saúdo o Deputado Efraim Filho, que também participa intensamente dessa luta hoje na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública; e igualmente o Deputado Arnaldo Faria de Sá, outro militante dessa luta; saúdo ainda o Naval e a Cristina.

De forma muito rápida, quero dizer a vocês que sou professora e estou no meu terceiro mandato de Deputada Federal. Minha área de atuação é voltada mais para a questão da educação, da cultura, da cidadania e também para a defesa dos interesses dos trabalhadores e dos servidores públicos.

Nessa condição, tive a honra de ter sido a Relatora do FUNDEB nesta Casa e uma das idealizadoras da Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial nacional para o professor. Foi uma luta de mais de duas décadas. Tive também a alegria de ter sido a Relatora da emenda à Constituição que instituiu o piso salarial para os agentes comunitários de saúde, agentes de combate a endemias e que agora está em fase de regulamentação na Constituição.



Por que eu estou colocando isso? Para dizer, meus companheiros, minhas companheiras, que vocês estão exatamente no caminho e no rumo certo. O caminho é exatamente este: primeiro, muita unidade, muita união da categoria em todo o País — mobilizar, portanto, os guardas municipais, as guardas municipais de todo o País; segundo, buscar exatamente a adesão da sociedade; terceiro, buscar exatamente o diálogo com o Parlamento Brasileiro; e, quarto, não perder de vista, de maneira nenhuma, o diálogo com o Poder Executivo.

Eu fico muito feliz, Vicentinho, quando eu vejo Cristina falar não só em nome de Cristina, mas em nome da Dra. Regina Miki, em nome de José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, e em nome da Presidenta Dilma Rousseff. Igualmente, estão aqui Vicentinho e os demais Parlamentares para trazer exatamente o quê? A palavra do Parlamento brasileiro, assim como a presença de Naval. Foi desse jeito, meus companheiros e minhas companheiras, que nós conseguimos vencer os obstáculos e aprovar a Lei do Piso Salarial do Professor, assim como também avançar na questão da afirmação dos direitos de outras categorias.

O fato é que Cristina aqui chega exatamente para colocar as providências que já estão sendo tomadas no âmbito do Governo. O fato é que a gente tem pressa porque é necessária, sim, a aprovação dessa emenda à Constituição. É necessária, sim, a aprovação desses projetos de lei, para que faça avançar a tese que nós defendemos, que é a tese da segurança pública com cidadania.

É desnecessário dizer aqui o papel relevante, o papel estratégico que vocês exercem no contexto da sociedade, até porque é estratégica exatamente a questão da segurança pública. Segurança pública, saúde, educação são políticas públicas fundamentais, essenciais para que a gente possa construir uma vida com qualidade, para que a gente possa ter os nossos Municípios se desenvolvendo com sustentabilidade.

Este ano — e eu quero concluir Vicentinho — é ano de eleições municipais. Vamos ter eleição nos 5 mil e tantos Municípios País afora. É um momento inclusive, meus companheiros e minhas companheiras, de a gente mais uma vez atualizar esse debate lá na cidade onde a gente vive. Como os Prefeitos atuais e os Prefeitos futuros estão tratando os guardas municipais, as guardas municipais País afora? É importante que a gente faça esse debate porque, afinal de contas, o que nós



sonhamos é que a Guarda Municipal seja valorizada para que ela possa exercer o seu papel, acima de tudo, de defesa da cidadania, o seu papel de orientação, de fiscalização, de prevenção, porque, volto a dizer, é um papel muito relevante.

A gente não pode aqui desconhecer que essa legislação que está em debate aqui na Casa, Vicentinho e Efraim, é uma legislação que tem que olhar para a questão da carreira, do salário, da formação, da gestão.

Voltarei para a Comissão de Educação e Cultura, que está lá em andamento, mas fiz questão de vir aqui, como tenho vindo nos seminários anteriores, para renovar o meu compromisso. Vicentinho esteve comigo inclusive no ano passado em Natal. Eu faço parte da Frente Parlamentar, aqui representando o Rio Grande do Norte. Vicentinho esteve conosco lá. A Guarda Municipal de Natal é composta de companheiros e companheiras muito unidos, mobilizados. Existe lá uma organização sindical muito atuante. Eu vim aqui, portanto, para renovar os meus laços com essa luta de vocês que é muito justa, para renovar o meu compromisso e dizer a vocês, como já dizia o poeta: "*Quem sabe faz a hora, não espera acontecer*". Vamos avançar. Muito obrigada pela atenção.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) - Obrigado, companheira Fátima. Eu quero, Fátima, dizer que valeu a pena ter saído de São Paulo e ter ido até o Rio Grande do Norte. Lá a reunião não foi só com a GCM de Natal, foi com a GCM do Estado do Rio Grande do Norte. Foi um importante diálogo. Nós, da Frente, como o nosso companheiro Relator, todos estamos à disposição de vocês para qualquer atividade que for possível.

Obrigado, Fátima, pela acolhida e pelo seu compromisso.

Bem, companheiros, agora vamos ouvir a fala de encerramento, nessa parte do nosso seminário, do nosso companheiro Naval, que é o presidente da ONG SOS Segurança Dá Vida.

Obrigado, Naval, pela sua presença. Por favor, tenha a palavra.

(Palmas.)

O SR. NAVAL - Sr. Deputado Vicentinho, Presidente também da Frente Parlamentar Pró-Guardas Municipais, um homem que tem nos ajudado a caminhar e



desvendar esse terrível mistério que é a regulamentação das guardas municipais, que, confesso, cansa a gente.

Quero também saudar a Secretária de Segurança Pública, Cristina Villa Nova, que, apesar de ser interina, a gente conhece o trabalho dela e o amor que tem dispensado à categoria, e tem todo o meu apreço. Conheço a Cristina desde a primeira vez que franqueou a minha entrada na execução da matriz curricular para as guardas municipais, em que eram convidados só os comandantes, e eu não sou comandante. Então, eu não esqueço essa gentileza que você fez. Acabei sendo o único guarda de carreira participando da matriz curricular naquela época, na cidade de Jaguariúna, e depois fechado na cidade de Atibaia. Agradeço de coração.

Quero saudar os companheiros e as companheiras que estão aqui. Eu sei o tamanho do sacrifício que cada um fez, na pessoa do presidente do sindicato de São Paulo, meu caro amigo Carlos Augusto, que também é guarda civil metropolitano na capital paulista. Deputado, embora não tenhamos aí a presença de mais Deputados, mas a gente sabe que este momento está sendo gravado e será levado depois ao conhecimento de toda esta Casa.

Parece que nós moramos num País em que não existe violência, não existe criminalidade. Parece que está tudo, não azul-marinho, infelizmente, está tudo cor-de-rosa. Então, a paz é plena, ninguém tem nenhum problema.

Nessa madrugada, nós acabávamos de realizar, na cidade de Formosa, a primeira Marcha Azul-Marinho goiana, com a presença de quase 800 integrantes da categoria, várias cidades do País, porque foi uma prévia da Marcha Azul-Marinho. Nessa madrugada, infelizmente, por questão de demora desta Casa de Leis, Srs. Deputados, foi assassinado um guarda municipal. E poderia, sim, se já estivesse regulamentado, independente de que seja a PEC nº 534, PL nº 32, ou qualquer outro PL que possa vir, ter sido evitada essa situação, porque esse guarda estaria numa situação mais cômoda.

Então, isso entristece, porque, como guarda municipal, também fui vítima, como cidadão brasileiro, e a maioria dos senhores e das senhoras conhecem, perdi três filhos assassinados, e é o que tem me dado estímulo para continuar respirando junto dos senhores.



Então, eu chamo a atenção, de forma entristecida, que não é possível que as Câmaras Municipais tenham que dar estes passos. Aí eu não quero avaliar a questão de constitucionalidade, como se deu, estes dias atrás, com a guarda municipal de Santa Bárbara do Oeste, colocando nas suas leis orgânicas municipais que a guarda municipal vai cuidar das pessoas. Outras cidades já haviam feito esse trabalho, e várias cidades, eu acredito que deve haver 22 ou 23 cidades no País que já têm esse trabalho. Mas o que isso significa? Que a Casa de Leis maior, da qual, agora, toda a categoria representada pelos meus companheiros de todos os Estados do País, está sendo, de certa forma, omissa, porque não se justifica ficarmos 12 anos aguardando uma resposta, que é uma necessidade. Não é uma questão de vaidade.

Falando em vaidade, eu quero encerrar dizendo o seguinte, companheiros e companheiras: vamos esquecer as vaidades e vamos pensar na nossa família. Vamos pensar, como disse a Secretária, agora, principalmente no trabalho social que a gente desenvolve com maestria. Nós podemos, sim, melhorar a segurança pública deste País. O apelo é: vamos deixar a vaidade de lado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vicentinho) - Muito bem, caro companheiro Naval, pelas suas palavras. Quero dizer que eu concordo plenamente com você no que se refere à demora de aprovação aqui. Agora, uma dica para vocês, companheirada, às vezes demora, e às vezes a gente avança.

O que eu quero é que vocês sempre entendam que aqui na Câmara... Quando eu era presidente da CUT, eu achava que todo político era picareta, que ninguém prestava; era político, não prestava. Quer dizer, logo quando eu comecei no movimento. Ao entrar aqui, eu descobri que há muitos Deputados sérios, de todos os partidos. Esses Deputados deram uma demonstração, ontem, quando, enfrentando o poder econômico dos ruralistas, nós aprovamos a PEC do trabalho escravo, que tramita há 17 anos nesta Casa. Foi a grande vitória, quem sabe, do ano, a grande vitória do semestre, a grande vitória da semana. Então, nós nunca vamos perder de perspectiva isso. Agora, precisa haver sempre mobilizações.



Então, Naval, nós um dia ainda vamos aprovar este projeto e enaltecer a sua imagem, a imagem dos seus filhos e de tantos filhos que perderam a vida em função da insegurança e da oportunidade de ter sua vida salva diante dessa organização tão necessária para o nosso País.

Quero de novo agradecer a nossa querida Secretária Cristina Gross, que veio aqui e ficou até o fim. Veja que muitos foram embora, mas ela ficou até o fim. Merece uma salva de palmas, pessoal, porque, olha, isso mostra o compromisso que o Governo está tendo conosco. (*Palmas.*)

Segundo orientação aqui, a próxima Mesa seria ao meio-dia. Nós estamos com fome. Então, a recomendação é a gente suspender os trabalhos por este momento. São exatamente 13h. Às 14h, em ponto, retomaremos os trabalhos com a agenda programada. O.K.?

Está suspensa neste momento. Bom apetite e uma boa tarde a vocês. O retorno será às 14h. Não esqueçam.